



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1051, DE 2021

Institui o Documento Eletrônico de Transporte e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, e a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º-A da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, modificado pelo art. 18 do PLV.

“Art. 5º. -A. O pagamento do frete do transporte rodoviário de cargas ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC será efetuado em conta de depósitos ou em conta de pagamento pré-paga, mantida em instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição que se enquadre na situação prevista no caput do art. 22-A, de livre escolha do TAC prestador do serviço, e informado no Documento Eletrônico de Transporte – DT-e.”

JUSTIFICAÇÃO

Há um erro no parecer do relator que conflita com outro dispositivo do próprio PLV.

Quando o relator insere, no art. 5º-A da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, modificado pelo art. 18 do PLV, a expressão “mantida em instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil” ele conflita com o disposto nos artigos 22-A e 22-B do próprio parecer.

“Art. 22-A. As instituições de pagamento que realizam pagamentos eletrônicos de frete, que estejam em funcionamento na data de publicação da Medida Provisória nº 1.050, de 18 de maio de 2021, e que não se enquadrem nos critérios previstos na regulamentação para serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil poderão continuar a ofertar pagamentos eletrônicos de frete.”

O Art. 22-A determina que existem instituições de pagamento que não necessitam de autorização do Banco Central e que ainda assim podem operar o pagamento eletrônico de frete.





Dante disse a mudança é necessária para eliminar a dissonância que está posta entre dois pontos do mesmo PLV.

Sala das sessões, de julho de 2021.

Herbert

Deputado Federal – FSDB/IMC

Apresentação: 14/07/2021 19:45 - PLEN
EMP 4 => MPV 1051/2021

EMP n.4



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel e outros

Para verificar a assinatura acesse <https://www.fofegatec.com.br/portal/assinatura> e digite o código de verificação: 0215045080870000





Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)**

Dê-se a seguinte redação ao art.
5º-A da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de
2007, modificado pelo art. 18 do PLV.

Assinaram eletronicamente o documento CD214508757700, nesta ordem:

- 1 Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
- 2 Dep. Rodrigo de Castro (PSDB/MG) - LÍDER do PSDB
- 3 Dep. Hugo Motta (REPUBLIC/PB) - LÍDER do REPUBLIC *-(P_5027)
- 4 Dep. Vinicius Carvalho (REPUBLIC/SP) - LÍDER do REPUBLIC
- 5 Dep. Enio Verri (PT/PR) - VICE-LÍDER do PT
- 6 Dep. Lucas Vergilio (SOLIDARI/GO) - LÍDER do SOLIDARI

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

